

Os caminhos da memória: paulistas no *Códice Costa Matoso*

John Manuel Monteiro

Departamento de Antropologia - IFCH/Unicamp

Resumo: Este artigo aborda um grupo de memórias sobre o descobrimento aurífero em Minas Gerais, tomando o padrão estrutural das expedições sertanistas, as ambiguidades e assimetrias nas relações entre paulistas e índios e a fixação de memórias de sertanistas como elementos utilizados para elaborar a caracterização e identidade dos paulistas.

Abstract: The article focuses on a group of memories related to the gold discovery in Minas Gerais. It regards the structural standards of the hinterland expeditions, ambiguities as well as asymmetries in the relationship between Paulistas and Indians, and also the sertanistas' memories as a pattern to establish elements to set up the Paulistas' characterisation and identity.

Fonte tão notável quanto insólita, a “Coleção das Notícias dos Primeiros Descobrimentos das Minas na América”¹ traz, entre outros atrativos, informações e opiniões esclarecedoras sobre o processo de transformação das Minas Gerais de um sertão inculto a um dos núcleos mais importantes da América portuguesa. Ao recopilar este dossiê durante sua gestão como Ouvidor Geral em Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso visava estabelecer um registro oficial dos fatos e dos eventos que marcaram as origens das minas. À primeira vista, foi motivado tanto pela própria curiosidade intelectual quanto pelo desejo de comprovar a legitimidade do domínio português sobre as minas de ouro não só das Gerais como também de Goiás e Mato Grosso, nessa conjuntura de negociações sobre os limites da América meridional. Mais importante, porém, a “Coleção das Notícias” buscava criar subsídios para uma história do triunfo da ordem e do bom governo na consolidação da América portuguesa.

Um dos aspectos mais fascinantes do *Códice Costa Matoso* reside no uso de reminiscências de alguns dos primeiros povoadores, já idosos, cuja memória proporcionava o único registro possível destes tempos cada vez mais remotos,

¹. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. Formam a “Coleção de notícias” os documentos 2 a 15, pp. 166-295.

antes do estabelecimento da ordem e da justiça. Personagens secundários ou mesmo figurantes anônimos, estes velhos povoadores relataram o que viram e o que ouviram – talvez com destaque para o segundo – numa prosa fluente e agradável, mesclando fatos corriqueiros com detalhes saborosos, alternando entre uma narrativa seca e pequenos vãos literários, bem ao gosto do ouvidor-intelectual que coletava os depoimentos. Este recurso de transformar a memória oral em registro escrito constituía, por seu turno, um método bastante comum entre os memorialistas e genealogistas do Setecentos, cujas obras começavam a adensar o conhecimento histórico a respeito da presença portuguesa na América.

Com referência à história de São Paulo, a memorialística da “Coleção das Notícias” antevê diversos temas que seriam desenvolvidos mais plenamente pelo genealogista Pedro Taques de Almeida Pais Leme e pelo frei Gaspar da Madre de Deus, no último quartel do século XVIII.² Tomando este ponto de partida, o que se pretende aqui é explorar estas narrativas no que diz respeito à caracterização dos paulistas. Briosos, altivos, pouco polidos – para não dizer meio selvagens –, os paulistas emergem nestas narrativas primeiro como exímios sertanistas, responsáveis pelas expedições que resultaram nas descobertas de ouro, porém também como opositores renitentes da autoridade externa e, por fim, protagonistas de um episódio – mais adiante batizado de “Guerra dos Emboabas” – que aparece aqui como uma espécie de divisor de águas na história primordial de Minas Gerais. Num plano mais geral, entretanto, os paulistas parecem representar um tempo que já havia passado, tempo este visto com nostalgia por uns, com escárnio por outros. Muito embora as práticas sertanistas continuassem a vigorar em outros sertões por muito tempo ainda, na ótica mineira de meados do século XVIII claramente figuravam como coisas do passado, pertencentes a um tempo difuso e desordenado, que se contrasta, nas narrativas, com o tempo das Minas, que é marcado com precisão e ordem pela cronologia dos governantes.

2. Em seu estudo introdutório na *Nobiliarquia* de Pedro Taques, Afonso de Escagnolle Taunay traz uma discussão interessante dos informantes do genealogista. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, org. A. E. Taunay, 3 vols., São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980 (série Reconquista do Brasil, n.s., 5-7), vol. 1, pp. 37-69. Deve-se sempre lembrar, contudo, que várias destas obras – como o próprio dossiê de Costa Matoso – só chegariam ao prelo anos depois, embora circulando de forma restrita em cópias manuscritas no período em que foram escritas.

Sertão dourado

Ao longo das páginas do *Código Costa Matoso*, a reconstituição do tempo do sertanismo ressalta, em primeiro lugar, o espírito aventureiro e a aspereza da vida no mato, elementos centrais na construção de uma imagem do caráter dos paulistas. Vários sertanistas oriundos de São Paulo, como se sabe, penetraram aqueles sertões bem antes das descobertas auríferas da década de 1690. As diversas narrativas que compõem a “Coleção das Notícias” documentam, de forma expressiva, as características mais marcantes do sertanismo paulista, mostrando como os descobrimentos foram diretamente decorrentes destas atividades. Assim, logo no início das “Notícias”, na narrativa de Bento Fernandes Furtado, explica-se que Antônio Rodrigues de Arzão, “homem sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca”, estava “aquartelado” naquelas paragens junto com outros paulistas, “onde faziam entradas e assaltos ao gentio mais para o centro do sertão”.³

A vida no sertão não era nada fácil, sobretudo quando a expedição se deparava com “grandes perigos do gentio, fomes e esterilidades”, como relatam as “Notícias”, ou com as “frechas, feras e febres” da frase memorável de Sérgio Buarque de Holanda.⁴ As adversidades apresentadas pelo sertão servem, neste e em outros relatos, como pedras fundamentais na construção de uma identidade paulista. As “cinquenta e tantas pessoas” do grupo de Rodrigues de Arzão, composto de brancos e carijós domésticos – isto é, índios sob a administração particular dos mesmos brancos – encontravam-se “nus e esfarrapados, sem pólvora nem chumbo, que é o único remédio com que os sertanistas socorrem as faltas de viveres, com a grande inteligência e trabalho que aplicam caçando as aves e feras do sertão para se sustentarem”.⁵

Das dezenas de expedições de apresamento que pontuaram o século XVII, várias delas atravessando os sertões que posteriormente seriam terras mineiras, uma delas recebe uma atenção especial nos relatos da “Coleção das Notícias”: trata-se da grande aventura de Fernão Dias Pais, que se internou no sertão do Rio das Velhas entre 1674 e 1681.⁶ Pode-se perguntar por que a expedição

3. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 169.

4. Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, 3a. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

5. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 170.

6. A bandeira de Fernão Dias Pais tem sido objeto de inúmeros estudos. No que diz respeito à discussão aqui, para além da historiografia convencional paulista, pode-se destacar os artigos de Manuel Cardozo, “Dom Rodrigo de Castel-Blanco and the Brazilian El Dorado”, *The Americas*, 1 (2), 1944 e “The Last Adventure of Fernão Dias Pais (1674-1681)”, *Hispanic American Historical Review*, 26, 1946; e Eduardo Canabrava Barreiros, *Roteiro das Esmeraldas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

de Fernão Dias Pais não antecipou o descobrimento aurífero, já que passara quase dez anos rondando as zonas que, pouco depois, renderiam tanto ouro. Uma resposta está nos documentos da segunda metade do século XVII: obcecados com a prata e com pedras preciosas, mal mencionam o ouro, a não ser em relação às minas de Paranaguá, que alimentavam as esperanças (porém não os cofres) da coroa nos anos que sucederam à Restauração. O sonho do morro resplandescente – o Sabarabuçu ou Itaberaba-açu – prometia aos aventureiros e administradores régios, desde o século XVI, um verdadeiro Potosí lusitano.⁷ Nunca antes parecia estar tão perto quanto na expedição de Fernão Dias. Entretanto, a exemplo das investidas anteriores, como a de Marcos de Azeredo, os resultados mostraram-se pífios. A prata não existia, apesar das informações algo misteriosas deixadas por Azeredo, e quanto às esmeraldas, Fernão Dias parece ter sido enganado pelas mesmas turmalinas verdes que seu antecessor havia enviado para Lisboa por volta de 1611.⁸ Do ponto de vista mineralógico, todos os esforços e sofrimentos de Fernão Dias e seus seguidores somavam a um punhado de pedras coloridas remetidos a Rio de Janeiro em um “saquinho de chamalote”.⁹

No que diz respeito ao ouro, contudo, é difícil acreditar que as várias expedições que varriam esses sertões ao longo das décadas de 1640 a 1690 não tivessem reparado na sua existência. Um indício da sua circulação em São Paulo antes do descobrimento formal – isto é, quando Carlos Pedroso da Silveira avisou ao governador Castro Caldas em 1694 – está no inventário do comerciante português Gonçalo Lopes, falecido em 1689, deixando um espólio superior a 12 contos de réis, incluindo mais de 6 contos em dinheiro amoedado e 207 oitavas de ouro em pó. Poucos anos antes, num atestado passado pela Câmara

7. Em reação à crise fiscal e monetária que se abateu após a Restauração, esta mesma meta também foi perseguida em outras partes do mundo português, em especial na África meridional. A melhor obra a respeito continua sendo C. R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, Londres, Athlone, 1952 (traduzido para o português pela Cia. Editora Nacional e Edusp, 1973).

8. As informações sobre a expedição de Marcos de Azeredo são muito sumárias na bibliografia. Ver, por exemplo, Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, São Paulo, IV Centenário, 1954, s.v. Azeredo, Marcos de; e Cardozo, “The Last Adventure of Fernão Dias Pais”. Pedro Taques, *Nobiliarquia*, traz pormenores que são difíceis de verificar. Por exemplo, diz que Azeredo, “recollido ao Rio de Janeiro quis antes morrer em uma cadeia e sequestrados todos os seus bens do que declarar o sítio onde tinha achado as esmeraldas e prata” (vol. 2, p. 45). Mais adiante, se contradiz afirmando que Azeredo “no mesmo sertão perdeu a vida com todos os do seu troço”, porém antes teria deixado “um roteiro da jornada que seguira, figura da serra, e altura dos graus deste sítio no inculto sertão e reino dos bárbaros gentios Mapaxós” (vol. 2, p. 197). Estaria Taques confundindo este roteiro com o de Wilhelm Jost Ten Glimmer, divulgado primeiro por Samuel Purchas em 1625 e depois por Marcgrav em meados do século XVII?

9. Pais Leme, *Nobiliarquia*, vols. 2, p. 199.

Municipal de Parnaíba, este mesmo comerciante figurava entre os principais credores de Fernão Dias Pais.¹⁰

Uma segunda explicação para o pouco caso que os sertanistas de São Paulo faziam do ouro que por ventura encontrassem reside no objetivo maior de todas estas incursões pelas matas. Estas buscavam uma outra fonte de riqueza: o “ouro vermelho” do conhecido comentário de Antônio Vieira, referindo-se ao sangue dos índios. Segundo outro jesuíta, Andreoni, os paulistas não exploraram o ouro antes “porque o gênio de buscar índios nos matos os desviou desta diligência menos escrupulosa e mais útil”.¹¹ Para o narrador anônimo das “Notícias do que ouvi sobre o princípio destas Minas”, percorriam os leitos dos rios, os campos e as serras para “apanharem gentios para se utilizarem deles, e repartirem entre todos o número deles”.¹²

Assim, os paulistas traziam ao descobrimento das minas e ao subsequente conflito com os emboabas vivos vestígios desta organização sertanista. Esta continuidade da empresa do sertão, por assim dizer, se mostra em diferentes detalhes mencionados nos relatos. Assim, por exemplo, respondendo ao chamado de seu cunhado, Bartolomeu Bueno “se armou” para ir ao sertão, o que significava mais do que juntar espingardas, pólvora e chumbo: refere-se à “armação”, termo corrente na segunda metade do século XVII para descrever a organização das expedições de apreçamento, onde um “armador” fornecia materiais e mesmo gente para o empreendimento, esperando em retorno metade do lucro da expedição.¹³ Mais adiante, segundo o narrador José Álvares de Oliveira, na expedição comandada por Amador Bueno da Veiga em resposta à chacina do Capão da Traição, a tropa dos paulistas marchavam “debaixo de um estandarte grande encarnado (que se disse trazia efigie de São Paulo)”,¹⁴ cuja organização militar lembrava as grandes expedições que saquearam as missões jesuíticas das províncias de Guairá e Tape mais de meio século antes.

A “Coleção das Notícias” oferece outros indícios que sugerem que as primeiras expedições para as recém-descobertas minas de ouro seguiam este

10. Inventário e testamento de Gonçalo Lopes, 1689, Arquivo do Estado de São Paulo, Inventários do Primeiro Ofício, no. 13.770; “Atestado da Câmara Municipal de Parnaíba sobre Fernão Dias Pais”, in M. E. Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo* [1876], 2 vols., São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980 (série Reconquista do Brasil, n.s., 3-4), vol. 1, p. 269.

11. André João Antonil (pseud.), *Cultura e Opulência do Brasil* [1711], ed. facs., Recife, Museu do Açúcar, 1969, pp. 129-130.

12. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 217.

13. Para um estudo detalhado das “armações”, ver John Monteiro, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, capítulo 2.

14. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 237.

padrão estrutural. Por exemplo, Bento Furtado relata uma anedota sobre o paulista José de Camargo Pimentel que, num arraial mineiro em pleno sertão, fez uma generosa doação em ouro para uma mulher pobre que lhe pedira uma esmola. Nessa altura, o “sócio” dele advertiu: “Devagar, que isso também é nosso!” Se esta interpelação mostra que a prática de repartir os lucros – só que agora em ouro e não mais em cativos – entre os membros de uma expedição continuava em vigor, a resposta de Camargo Pimentel revela uma outra faceta deste mesmo tipo de empreendimento. O “liberalíssimo” Camargo, tirando mais um tanto de ouro para a mendiga, informou ao sócio: “É verdade, que faltava lá o seu quinhão”.¹⁵ Bento Furtado conta esta história para lembrar como este paulista, a despeito do contrato implícito nas relações aparentemente simétricas entre sertanistas numa expedição, ocupava uma posição hierárquica superior, por ser “homem poderoso”. Mais do que isso, o abuso da situação contratual se justifica pelas outras características do homem poderoso, que também era generoso, ajuizado e, acima de tudo, justo.

As ambiguidades desta assimetria do poder também se manifestavam nas relações entre paulistas e índios, outro aspecto fascinante que os relatos da “Coleção das Notícias” esclarece. Ora distantes, ora próximos dos nativos, os paulistas elaboraram a sua identidade não apenas a partir da fama de conquistadores dos índios como também pelo conhecimento profundo da língua e dos costumes dos índios. Ambas estas características aparecem com vigor no *Códice*. No sertão, apesar da ampla destruição de populações nativas, os índios surgem nos relatos como adversários duríssimos. Bento Furtado escreveu que o sertão da Casa da Casca “está povoado de bravos e orgulhosíssimos gentios, que têm impedido várias diligências que se lhes têm feito por outros bandeirantes”.¹⁶ De fato, como demonstra um trabalho recente, a reconhecida capacidade de combater e vencer aos índios bravos e bárbaros foi um elemento constitutivo da imagem do paulista, nome aliás que se tornou moeda corrente justamente no período das guerras contra os índios no nordeste, nas quais os sertanistas de São Paulo foram contratados pela administração colonial como a única solução para os “insultos” praticados pelos índios.¹⁷

Nos sertões mineiros, a ação dos paulistas parece ter sido particularmente devastadora, pois já no século XVII surgem nos inventários dos paulistas etnônimos de índios provenientes de diversos locais posteriormente mineiros, abrangendo Cataguás, Caetés, Araxás, Tobajaras e outros que já não figuram mais nos documentos dos séculos posteriores.¹⁸ Pouco ou nada sabemos das

15. Idem. p. 174.

16. Idem. p. 170.

17. Pedro Puntoni, “*A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*”, tese de doutorado (inédita), FFLCH-USP, 1998.

18. Veja-se, a respeito, a listagem de expedições no anexo da tese inédita: John Monteiro, “*São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society*”, University of Chicago, 1985, pp. 416-426, com as respectivas fontes.

características etnográficas destes grupos, a não ser que alguns deles falavam a “língua geral” e outros não, apesar de terem nomes em tupi, obviamente atribuídos pelos paulistas. Na verdade, as informações mais minuciosas são sobre grupos posteriormente enfeixados no etnônimo abrangente de “Botocudos”. Há várias menções ao “Reino dos Mapaxós”, desde as expedições do início do século XVII às memórias elaboradas por Pedro Taques em sua Nobiliarquia, no final do XVIII.

No relato de Bento Furtado, um aspecto notável deste episódio é o penoso exílio de Manuel de Borba Gato, o genro de Fernão Dias que assassinou dom Rodrigo de Castelo Branco e que se embrenhou nas matas do Rio Doce para evitar o seu próprio esquartejamento. Lá “viveu barbaramente, sem concurso de sacramento algum ... naquele modo de vida, nem comunicação com mais criaturas deste mundo em 16 anos...” Quanto às criaturas daquele mundo, Borba Gato teria estabelecido relações com os índios de algum grupo cujo nome não aparece neste relato, “aos quais domesticou à sua obediência, e ficou entre eles, respeitado como cacique, que é o mesmo que príncipe soberano entre eles”.¹⁹ A descrição deste príncipe entre os selvagens evoca algo da ambiguidade do discurso sobre o passado paulista e das relações entre estes e os índios, oscilando entre a conquista e a persuasão.

A menção mais interessante das relações entre paulistas e índios, no entanto, está nas “Notícias do que ouvi”, onde o narrador anônimo fornece um detalhe precioso. “Passando ao sertão, [os paulistas] deram com uma aldeia neste distrito do rio das Mortes, a que chamam Cataguases, onde prendendo muito gentio do beço e orelhas furadas, estes falaram perguntando por que os perseguiram; se era pelo que traziam no beço e nas orelhas, que os largassem, que lhes iriam mostrar. Não levados os paulistas desta oferta, nunca deixaram de os prender, e logo para o rio das Mortes foi uma bandeira com seu capitão chamado Jaguará, que na língua dos carijós é cachorro. A estes mostrou um dos capitães do gentio o ouro no capim, em folhetas, e outro, como grãos de munição”.²⁰ É significativo este relato por diversos motivos. Em primeiro lugar, evoca de forma interessante o primeiro encontro entre sertanistas e índios evidentemente Botocudos, inclusive projetando a visão dos nativos sobre a sua alteridade. Ao mesmo tempo, porém, denuncia o padrão de violência nas relações entre bandeirantes e Botocudos, apesar das tentativas de conciliação por parte das chefias (“capitães”) indígenas, que chegaram até a revelar o ouro ao paulista Jaguará que intentava os escravizar.

19. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 188.

20. *Idem*. p. 218.

Outro detalhe marcante deste pequeno relato é a menção da “língua dos carijós”. Referência à língua geral paulista, falada pela vasta camada subalterna e conhecida intimamente pelos seus dominadores, esta “língua dos carijós” exercia um papel de relevo na ocupação inicial das minas pelos paulistas. Ao longo dos relatos, é frequente a digressão etimológica dos memorialistas que, antecipando a febre tupinológica dos intelectuais do século XIX e do início do XX, buscavam explicar o significado das palavras indígenas registrados nos lugares, nas práticas sociais e nas alcunhas dos paulistas. Assim, apesar do fato de muitos dos índios “conquistados” pelos paulistas nestes sertões obviamente não serem Tupis mas na verdade Botocudos, o esforço em explicar a origem tupi dos topônimos estava associada à demarcação deste tempo antigo. Por exemplo, quando o autor de um dos relatos se refere ao local chamado Aiuruoca, ele o identifica etimologicamente como “casa dos papagaios”, por ser um lugar “em que os papagaios faziam morada *naquele tempo em que os gentios habitavam aqueles lugares*” (ênfase minha).²¹ É provável, contudo, que muitos desses nomes tenham sido dados pelos próprios paulistas, aliás bastante adeptos em lançar mão de neologismos em língua geral, como é o caso da palavra “Emboaba” que, como veremos, dá muito o que falar no *Código Costa Matoso*.²²

Se podemos encontrar uma certa nostalgia de um tempo anterior nesses exercícios de tupinologia, é porque remetem a um mundo que no meio do século XVIII já estava em franco declínio. De uma maioria expressiva no século XVII, a população nativa constituía uma minoria absoluta na segunda metade do século XVIII, tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais. Mas não se tratava apenas da população do sertão que perecia diante dos repetidos assaltos dos paulistas. As “Notícias dos Primeiros Descobrimentos” também fala da massa informe de índios e mestiços que acompanharam os paulistas em suas aventuras. Produto de um longo processo de dominação e de imiscuidade cultural, a base mais ampla da sociedade paulista não pode ser desconsiderada como fator de relevo na elaboração desta figura singular que é o paulista.

21. Idem. p. 184. Sobre a toponímia e etnonímia tupi, veja-se a dissertação de mestrado (inédita) de Benedito Prézia, “*Os Indígenas do Planalto Paulista*”, FFLCH-USP, 1997.

22. Pedro Calmon, esclarecendo numa nota à *História da América Portuguesa*, escreve: “Na toponímia mineira é saliente a linguagem cabocla ou tupi dos sertanistas de S. Paulo, ainda bilíngues – escrevendo português e conversando guarani – como os paraguaios de hoje...” Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1976 (série Reconquista do Brasil, 32), p. 263, n. 6. Não se pode falar do tupi de São Paulo sem lembrar do texto de Sérgio Buarque de Holanda, “A Língua Geral em São Paulo”, em *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. Um ensaio recente que acrescenta interessantes observações é o de Luiz Carlos Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, in L. Mello e Souza, org., *História da Vida Privada 1. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 331-385.

Assim, composta de “negros, índios, bastardos e brancos”, a sociedade mineira no alvorecer do século XVIII já nascia complexa, segundo estes relatos. No entanto, os segmentos inferiores não se saíam muito bem nessas memórias posteriores. Em sua “História do Distrito do Rio das Mortes”, José Álvares de Oliveira lembrava que além do brio dos paulistas, era também necessário aturar os “cotidianos atrevimentos de seus bastardos, carijós e tapanhunos às lojas e vendas dos mercadores e tratantes”.²³ Antes de entrar na descrição do conflito entre paulistas e emboabas, Bento Furtado refletiu sobre o problema da justiça na ausência de uma autoridade régia firme, cujo triunfo se apresenta, aliás, como a principal mensagem da “Coleção das Notícias”. De acordo com este narrador, “não se duvida que entre tantos bons havia alguns maus, principalmente mulatos, bastardos e carijós, que alguns insultos faziam”, elementos perniciosos “quanto mais em um sertão onde, sem controvérsia, campeava a liberdade, sem sujeição a nenhuma lei nem justiça, senão a natural, observada dos bons”.²⁴ Aí reside uma outra ambiguidade delicada na memória dos paulistas, que buscava conciliar um discurso sobre a liberdade dos sertanistas com a sujeição dos índios, mestiços e negros, cujo exercício da liberdade redundava, antes de mais nada, em infração criminosa.

Confronto de imagens n’A Rochela do Atlântico Sul

A liberdade e a oposição à autoridade externa compõem outra característica dos paulistas que foi suscitada em mais de uma ocasião ao longo das narrativas. De fato, desde meados do século XVII, diversos observadores sublinharam a suposta autonomia e rebeldia dos colonos de São Paulo, sobretudo em função da sua franca desobediência às leis do Reino referentes à liberdade dos índios. Certamente esta tendência começou a ser fomentada pelos jesuítas durante os conflitos em torno das missões de Guairá: assim, por exemplo, fundamentando-se nas informações dos inacianos, o bispo de Buenos Aires caracterizou o Planalto como uma espécie de refúgio onde “se há juntado um grande número de homens de diferentes nações, ingleses, holandeses e judeus que, em liga com os da terra, como lobos raivosos, fazem grande estrago no

23. Bastardos eram mestiços que, por serem filhos de mães índias, permaneciam sujeitos ao serviço obrigatório. Carijós eram os índios “domesticados” no serviço de particulares e tapanhunos eram escravos africanos e afro-descendentes. Mulatos, no caso de São Paulo seicentista, eram mestiços de africanos e índios. Cf. meu *Negros da Terra*, capítulo 5.

24. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 193.

novo rebanho de Vossa Santidade”.²⁵ Outros, mais adiante, até denominaram São Paulo de “A Rochela do Brasil”, algo equivalente ao reduto calvinista de La Rochelle na França. No final do século, o viajante francês François Froger fez escala no Rio de Janeiro e, a partir das opiniões vigentes, descreveu os paulistas como “um conjunto de bandidos de todas as nações, que pouco a pouco formaram uma grande cidade e uma espécie de República, onde eles têm como lei não reconhecer o governador de forma alguma”.²⁶

Este tema foi retomado por diferentes narradores na “Coleção das Notícias”. Em seu relato, Bento Furtado evocava o episódio do assassinato de D. Rodrigo por Manuel de Borba Gato como um incidente precursor daquilo que os historiadores mais tarde chamariam de “Guerra dos Emboabas”, pois sublinhava a obstinada recusa dos paulistas a se submeter a qualquer autoridade externa. Ao mesmo tempo, servia também para articular o fio da narrativa que passava a discutir os tumultos ocorridos na vila de São Paulo ao longo da década de 1690, em protesto ao cerceamento das moedas, já que o fracasso das expedições de Fernão Dias e de dom Rodrigo realçava a crise monetária que abalava tanto a metrópole quanto as capitanias. Ao historiar a subida do governador Artur de Sá e Meneses para São Paulo em 1699, momento aliás de inflexão no estabelecimento da autoridade régia no Planalto, o narrador remetia a um episódio ocorrido no ano anterior, quando os principais paulistas se revoltaram contra um decreto do Rei sobre as moedas. Esta recusa por parte dos moradores do Planalto, segundo o narrador, motivou o secretário do governo do Rio de Janeiro a emitir o seguinte parecer sobre os paulistas: “Senhor, aquelas vilas não são de Vossa Majestade, pois se o fossem, obedeceriam ao decreto que Vossa Majestade mandou expedir para todas as partes [...] e sendo em todas obedecido, nesta foi desprezado”.²⁷ Por outro lado, nota-se a constante afirmação, por parte dos paulistas, da sua fidelidade e vassalagem perante o rei. É claro que isto nem sempre valia para os representantes do rei, frequentemente o objeto do escárnio dos paulistas e não poucas vezes vítimas

25. Carta do fr. Cristóbal, bispo do Rio da Prata, ao Papa Urbano VIII, Buenos Aires, 30-9-1637, in Jaime Cortesão, org., *Jesuitas e Bandeirantes no Tape (Manuscritos da Coleção de Angelis III)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969, p. 381. Convém apontar que em meu livro, *Negros da Terra*, atribuí erroneamente esta carta ao bispo da Bahia, por desatenção.

26. François Froger, *Relation d'une voyage fait en 1695, 1696 & 1697 aux côtes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brésil & Isles Antilles etc.*, Paris, M. Brunet, 1698, p. 82, tradução minha. A citação original: “un assemblage de brigans de toutes les nations, que peu à peu y ont formé une grande Ville et un espèce de République, ou ils se font une loi de ne point reconnaître le Gouverneur.”

27. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 189.

de ameaças e mesmo de violência física.²⁸ Trata-se, portanto, de um discurso ambíguo, que capta todo o conflito entre diferentes percepções de justiça e autoridade. Este narrador, paulista, apesar de defender o bom governo do Rei e de seus prepostos coloniais, também dava razão aos rebeldes, prejudicados pelos “malévolos ladrões [que] cerceavam estas moedas”,²⁹ referência, sem dúvida, a comerciantes forasteiros que se aproveitavam da escassez da moeda na capitania.

De fato, nos relatos de paulistas, a imagem dos portugueses na época das descobertas não chegava a ser muito edificante. Bento Furtado, ao iniciar a sua discussão do episódio dos emboabas, falava do “pernicioso levantamento (...) dos ingratos filhos da Europa contra os famosos descobridores destes haveres, para remédio de tantos desvalidos europeus”.³⁰ Este mesmo narrador evocava os atravessadores que tiveram um papel marcante no início do período do ouro, papel este que já se delinhava bem antes com os monopolistas que exploravam a carestia de certos gêneros, como o sal, o fumo e, em certas conjunturas, mesmo os escravos. Ao contrário dos paulistas deste mesmo relato, que enfrentaram grandes obstáculos e padeceram misérias, encontramos os “filhos de Portugal” que, “sendo mais ardilosos para o negócio, quiseram inventar contratos de vários gêneros para, mais depressa e com menos trabalho, enchem as medidas a que aspiravam da incansável ambição”.³¹

As proezas do sertão e a conquista dos índios, sempre em nome do Rei, certamente foram cruciais na configuração de uma alteridade paulista. Mas a construção desta imagem e portanto desta identidade também se alimentava da visão preconceituosa dos portugueses que, ocupando cargos de autoridade, enxergavam neles apenas a barbárie. Assim, num incidente conhecido, o bispo de Pernambuco, ao encontrar o paulista Domingos Jorge Velho pela primeira vez, ficou com esta impressão: “Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia mais que em dizer que é Cristão”.³² Pedro Taques, ao descrever a desavença entre um capitão de infantaria (“arrogante por natureza e oposto por inclinação aos filhos do Bra-

28. Sobre a questão da vassalagem neste mesmo período crítico, ver Ilana Blaj, “*A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*”, tese de doutorado (inédita), FFLCH-USP, 1995. Abordo este tema em mais detalhes no texto “Sal, Justiça Social e Autoridade Colonial: São Paulo no início do século XVIII”, trabalho inédito apresentado no XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago EUA, 1998.

29. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 188.

30. Idem. p. 177.

31. Idem. p. 192.

32. Carta de d. frei Francisco de Lima a d. Pedro II, in Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 353.

sil”) e Domingos Rodrigues do Prado, lembrou que tomado por um “furor fanático”, o capitão português “capacit[ou]-se que qualquer paulista se reputava por um índio neófito”.³³ Essa proximidade com os índios também foi sugerido num dos relatos do *Códice*: na “História do Distrito do Rio das Mortes”, José Álvares de Oliveira só não os chamou de selvagens. “E os paulistas”, escreveu ele, “por se afastarem da vizinhança dos homens, porque só a faziam com as feras pela semelhança dos corações, se arrancharam pelo arrabalde em moradas de espaçosas varandas a fim de ostentarem os seus grandes cabides de armas, fatos indicantes das suas dissimuladas proezas, força com que cada um deles afetava o ser um Atlas dos emboabas”.³⁴

O confronto das imagens atingiu o seu ponto máximo no contexto do conflito entre paulistas e emboabas. Não é o caso de repisar aqui os eventos e controvérsias que deram corpo ao conflito, porém vale a pena apontar para alguns relances que se destacam no documento em referência às identidades contrastivas que se pode apanhar em plena construção. Se o termo “paulista” já era de uso corrente desde a segunda metade do século XVII, ganhava novas inflexões, inclusive nativistas, no episódio dos emboabas. Recentemente, em sua abordagem bastante original do conflito, Adriana Romeiro sublinha a dimensão política deste jogo de espelhos, mostrando como os seguidores de Manuel Nunes Viana se apropriaram do epíteto de “emboaba” para realçar o caráter rebelde e anti-lusitano dos paulistas. Souberam, segundo esta autora, “tirar proveito da origem tupi do vocábulo, que, denunciando a notória fluência dos paulistas na língua geral transplantava para o domínio linguístico a cisão entre os que falavam a língua portuguesa – pura e autêntica – e os que falavam a língua indígena – a do aborígine e do inimigo”.³⁵

Na “Coleção das Notícias”, pode-se perceber que a categoria “paulista” de fato estava em fase de constituição. Do ponto de vista do paulista Bento Furtado, ainda era possível traçar um contraste entre taubateanos e paulistas, no trecho em que falava da ocupação do córrego Padre Faria. Para o narrador, tratava-se de uma “adversão simpática procedida de serem os de São Paulo de vila maior e composta de homens ricas e de elevados pundonores, e aqueles de vila mais pequena e menos poderosos, dotados porém de alentados e superabundantes brios”. Porém, do ponto de vista dos emboabas, esta distinção se dissolvia. Na “História do Distrito do Rio das Mortes”, o autor José Álvares de Oliveira falava de como os taubateanos também eram “tidos por paulistas, como todos os naturais de Serra Acima, prezando-se muito deste

33. Pais Leme, *Nobiliarquia*, vol. 2, p. 33.

34. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 231.

35. Adriana Romeiro, “*Um Visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*”, tese de doutorado (inédita), IFCH-Unicamp, 1996, p. 236.

nome, e naquele tempo por horrendo, fero, ingente e temeroso, e apoderando-se de todo o descoberto como costumavam em todas as Minas, porque em todas punham e dispunham despoticamente pelo ditame de ‘assim quero, assim o mando, e à razão prevalece a vontade’.³⁶

A adoção do termo “emboabas”, por sua vez, parece dizer mais sobre os paulistas do que qualquer outro grupo social. Como já vimos, o uso do tupi demarcava, para os paulistas, elementos centrais na constituição tanto da sua memória quanto da sua identidade coletiva. Se é comum pensar que o termo se aplicava aos portugueses, na verdade os paulistas chamavam de emboabas não apenas a estes “mas a todos os que não saíram da sua região”, como bem lembrava Rocha Pita em sua *História da América Portuguesa*. Adriana Romeiro também coloca que o termo “designava todos os adventícios ou, antes, todos aqueles que não eram paulistas – nome dado aos descobridores das primeiras minas e aos moradores da serra acima – desde portugueses, baianos, pernambucanos e outros”. Esta mesma autora argumenta, ainda, que a origem deste termo não deve ser entendida tanto no seu sentido literal mas antes no processo dinâmico de significação através do qual os usuários deste “imaginário” podem conferir “uma certa ordem ao mundo”.³⁷

Ainda assim, o termo “emboaba” também servia para lembrar que a forma de vestir proporcionava um marcador claro de identidades. Na “Relação de um Morador de Mariana”, o narrador observava que os paulistas chamavam aos reinóis “emboabas por desprezo, que na sua língua quer dizer galinhas calçadas, o que imitavam pelos calções que usavam de rolos”. Em contraste, ao descrever os paulistas, o narrador da “História do Distrito do Rio das Mortes” procurou recuperar o modo de ser desses paulistas maléficos e desordeiros de antanho, inclusive pincelando um memorável retrato da moda da época. “Fiquem também como em esquecimento as repetidas assuadas que pela menor desconfiança vinham a dar à povoação, entrando por ela com gente armigerada, e o senhor na frente, de pé descalço, em ceroulas arregaçadas, catana talingada, patrona cingida, pistolas no cinto, faca no peito, clavina sobraçada, e na cabeça, ou carapuça de rebuço ou chapéu de aba caída, e a som de caixa e clangor de trombeta, vozeando ‘morreram emboabas’; e não só com estas tumultuosas amotinações mas com as bravezas de um chamado Jaguará, que é o mesmo que cachorro bravo, que quando se embriagava eram poucos os alpendres e pequenas as ruas do arraial para semear de chumbo a puros tiros”.³⁸

36. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 230.

37. Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, p. 241; Romeiro, “Um Visionário”, p.234.

38. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 231.

Este contraste das aparências redundava, no contexto do conflito dos emboabas, num choque de costumes. Um indício disso é contado na “Relação do princípio descoberto”, no incidente entre Jerônimo Pedroso – vulgo Poderoso “por este ter também bastantes escravos” – e Manuel Nunes Viana. Quando este desafiou aquele a um duelo, Pedroso respondeu que “queria o desafio, porém que não havia usar de estocadas nem cuteladas, só sim tocar uma espada na outra com as pontas para o ar; mas o dito capitão-mor [Nunes Viana] lhe tornou a mandar dizer que não sabia esse jogo de espada e que saía, porém, à fortuna do que elas dessem”. Preocupado em contrastar a desordem dos paulistas com a ordem dos emboabas, o mesmo narrador da “Relação do princípio descoberto” chamava a atenção para o fato de que apesar dos cabos dos emboabas estarem “sem insígnias”, pelo menos o líder Manuel Nunes Viana trazia “seu bastão alvorado como capitão-mor da vila do Penedo”, na ocasião em que foram enfrentar o novo governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Por fim, o autor anônimo introduziu um outro símbolo para encerrar o seu relato: a entrada triunfal e pacificadora da autoridade régia na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, reiteradamente chamado de “senhor governador”.

Com o triunfo da ordem, a derrota final dos paulistas teve, no entanto, um desfecho ambíguo. Por um lado, diversos aventureiros egressos das Cataguases deram sequência à tradição do movimento, desbravando novos sertões, descobrindo ouro em Cuiabá e em Goiás, travando novos embates com inúmeros povos indígenas. Por outro, tiveram que amargar o cerceamento de uma certa autonomia que desfrutavam na ausência de um Estado organizado, longe do alcance das autoridades régias. Para José Álvares de Oliveira, o narrador emboaba da “História do Distrito do Rio das Mortes”, saíram com a reputação maculada: “Junto com a queda da soberba, perderam também o respeito do seu honroso nome depois de tantos anos pelas suas insolências adquirido”.

O mesmo José Álvares de Oliveira, apesar de parcial aos emboabas, explicava com clareza o significado do evento, numa frase que reflete de forma emblemática a tônica do *Código Costa Matoso* como um todo. “Esta resolução tomada pelos emboabas do Rio das Mortes e do Arraial Novo, ainda que agitada pela cegueira de sua paixão, sempre foi a que deu princípio para ao diante todo o país das Minas e de Serra Acima conhecer verdadeiramente ao seu verdadeiro senhor, até então menos conhecida a sua grandeza e pouco temida a sua justiça”. Para os paulistas, o conhecimento do verdadeiro senhor passava, necessária e talvez dolorosamente, por um verdadeiro conhecimento de si próprios.